

Sarney recebe as sugestões do "Dia D"

O presidente José Sarney recebe, na próxima terça-feira, em solenidade no Palácio do Planalto, documento conclusivo sobre as sugestões coletadas no Dia do Debate sobre Educação, realizado a 18 de setembro. A presença dos secretários de Educação dos estados, além do próprio ministro Marco Maciel, representará a decisão do Ministério da Educação de ampliar o espaço político do ensino básico, que recebe menos de um terço das verbas do MEC, embora o País tenha mais de trinta milhões de analfabetos.

O "Dia D" teve um resultado tão surpreendente, que os próprios pais, alunos e professores que participaram sugeriram sua transformação num processo de debate sobre a educação brasileira. Existem sugestões para que o dia 18 de setembro se transforme no Dia Nacional da Educação.

As sugestões e orientações contidas no documento que o presidente vai receber indicam — segundo o secretário de Ensino de 1º e 2º graus, coordenador do "Dia D" — linhas, diretrizes, compromissos com a educação básica: não são um mero diário de bordo.

Os técnicos do MEC reuniram, em menos de um mês, mais de 50 mil sugestões, saídas dos debates nos estados,

das cartas e telefonemas que o MEC recebeu e da pesquisa encomendada ao instituto Gallup, divulgada semana passada.

Esses dados deram um quadro do que a sociedade pensa da educação brasileira, explicou Sotero. Quatro educadoras paulistas — Lia Rosenberg, Marília Sposito, Madza Julita Nogueira e Maria José Ferreira do Amaral passaram cinco dias, inclusive este fim de semana, fazendo a análise crítica dos dados, para a elaboração do relatório final que será entregue a Sarney.

Documento

A pedagoga Lia Rosenberg resumiu as linhas gerais do documento: acesso à escola, permanência na escola, reestruturação dos organismos que lidam com a educação, gestão da educação e verbas.

Essas diretrizes indicam que a sociedade brasileira identifica perfeitamente quais os problemas do ensino básico no País. Com relação ao acesso à escola, identificaram a necessidade de se construir e conservar escolas e melhorar a qualidade das mesmas, para que uma escola não dure apenas cinco anos, como agora.

País, alunos e professores pedem,

ainda, assistência ao estudante, através da merenda escolar, material, transporte e material escolar. O documento sugere a integração dos ministérios da área social para a resolução destes problemas.

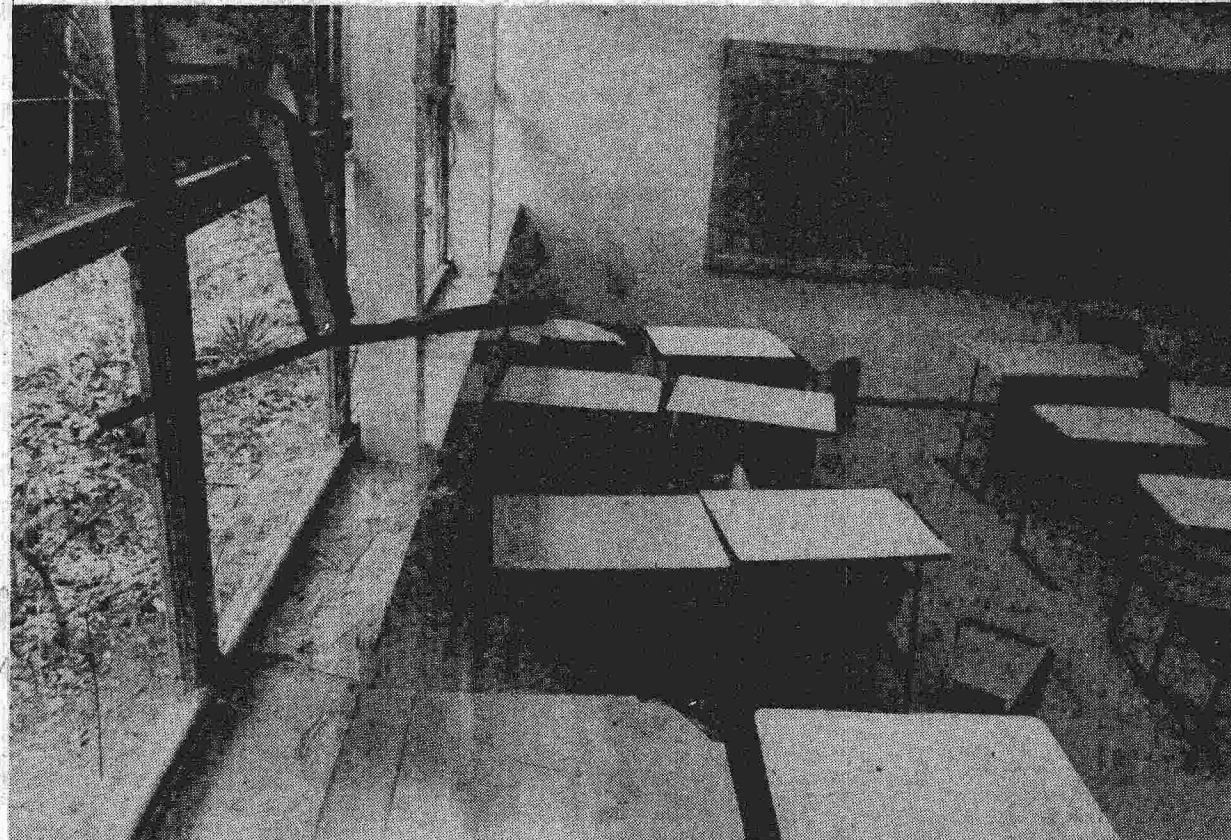
Constituição

O Ministério constatou que a sociedade quer a ampliação de limite para ingresso e saída da escola. A Constituição garante o ensino gratuito na faixa de sete aos 14 anos. Muitas sugestões pedem a inclusão, na Constituinte, do debate sobre a garantia do pré-escolar e do segundo grau gratuitos.

Professor

A parte final do documento aponta "linhas para uma política educacional democrática", segundo informou Lia Rosenberg. "O fio condutor dessa nova política, na opinião da equipe de educadores, deve girar na questão da valorização do magistério".

Melhores salários, criação de uma estrutura de carreira e cursos de treinamento para professores de primeiro grau; revitalização dos cursos normais, para a melhoria do segundo grau e, na esfera do 3º grau, melhoria dos cursos de pedagogia e licenciatura são as sugestões para a valorização do professor.



Melhor conservação das escolas é uma das reivindicações reveladas pelas pesquisas